PLACONTÁBIL
ASSESSORIA E CONSULTORIA

# LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO - FINANCEIRO

---

**BENAION INDUSTRIA DE PAPEL E CELULOSE S/A – em recuperação judicial**
**ACREPEL - ACRE INDUSTRIA DE PAPEL E CELULOSE LTDA – em recuperação judicial**

---

BIPACEL
BENAION INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE S/A

**Manaus, 20 de outubro 2021.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

# Sumário

1.1 Demonstrativo de Resultado do Exercício ..... 2
**1.1.1.** Receitas ..... 3
**1.1.2.** Custos e Despesas Variáveis ..... 4
**1.1.3.** Custos e Despesas Fixas ..... 4
**1.1.4.** Resultado Operacional ..... 4
**1.1.5.** Despesas e Receitas Financeiras ..... 4
**1.1.6.** Imposto de Renda e Contribuição Social ..... 4
**1.1.7.** Resultado Líquido ..... 5
**1.1.8.** Necessidade de Capital de Giro ..... 5
1. Elaboração ..... 5
2. Cenário Econômico ..... 5
3. Panorama da Empresa ..... 6
4. Composição do Passivo - Consolidado ..... 7
5. Composição do Passivo - Detalhado ..... 8
6. Premissas Estabelecidas ..... 9
7. Projeções Orçamentárias e Anexos ..... 10
8. Da Viabilidade Econômica ..... 11

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

## Considerações Iniciais e Método

Este documento é parte integrante do Plano de Recuperação Judicial de exclusividade da recuperanda, denominada Grupo Empresarial **BENAION INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE S.A. – BIPACEL** e **ACREPEL - ACRE INDUSTRIA DE PAPEL E CELULOSE LTDA** o profissional contador Pedro de Lima Alves é quem elabora este Laudo de Viabilidade Econômica e Financeira.

As informações, contábeis, fiscais e gerenciais, bem como as premissas utilizadas para as projeções foram fornecidas pelas recuperandas através de demonstrativos de exercícios anteriores e reuniões de planejamento com as diretorias das recuperandas, sendo estas responsáveis pelas suas veracidades. As informações fornecidas pelas recuperandas serviram de base para construção das projeções econômicas e financeiras. As análises contidas neste laudo são baseadas em projeções de resultados futuros através de premissas alinhadas juntamente com a diretoria das empresas, refletindo as expectativas que a recuperanda espera e busca para o futuro. As projeções levam em consideração o cenário macroeconômico atual juntamente com as perspectivas do setor de atuação da recuperanda.

O presente trabalho foi desenvolvido a partir das projeções econômicas e financeiras, num horizonte temporal de 38 (trinta e oito) anos. Tais projeções são refletidas no seguinte relatório: (i) Demonstrativo de Resultado do Exercício Projetado.

## 1.1 - Demonstrativo de Resultado do Exercício

Esse demonstrativo tem como finalidade apurar o Lucro ou Prejuízo do exercício. É composto por receitas, despesas, ganhos e perdas do exercício, apurados pelo regime do lucro real, com a apuração mensal do IRPJ e CSLL, levantando balancete de redução ou suspensão e regime não cumulativo para o PIS e COFINS. Cabe ressaltar que conforme NCM 481810, “bobina de papel”, item produzido pela empresa, fixa a zero as alíquotas do PIS e da Cofins conforme MP nº 609/2013, convertida em Lei nº 12.839/2013.

De acordo com o artigo 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), que instituiu a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a empresa deverá na Demonstração do Resultado do Exercício discriminar:

A receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

A receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

As despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

O lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;

O resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda (IR) e a provisão para o imposto;

As participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

O lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

Seu principal objetivo é detalhar cada passo que compõe o resultado líquido da empresa em um exercício através do confronto das receitas, custos e despesas apuradas, gerando informações significativas para tomada de decisão.

O DRE auxilia tanto na avaliação de desempenho geral da empresa, quanto na análise de eficiência dos gestores em obter resultado positivo em suas áreas.

Faz-se importante destacar que o DRE é elaborado de uma maneira sequencial e lógica (receitas – deduções – custos e despesas = resultado), o que permite até mesmo gestores não financeiros interpretarem facilmente as informações e entenderem como está sendo composto o lucro líquido da empresa e, claro, o que fazer para melhorá-lo.

### 1.1.1 - Receitas

No Pronunciamento Conceitual Básico (R1) "Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis" emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), a receita é definida no item 4.25 – como "aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais".

O Pronunciamento Conceitual Básico CPC 30 – Receitas, em seu item 7 define a receita como sendo "o ingresso bruto de benefícios econômicos durante o período proveniente de atividades ordinárias da entidade que resultam no aumento do patrimônio líquido, exceto as contribuições dos proprietários". O mesmo CPC no item 8 menciona que a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades.

O Pronunciamento deve ser aplicado na contabilização das receitas provenientes das seguintes transações: (a) venda de bens; (b) prestação de serviços; e (c) utilização por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos.

Para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. A receita proveniente da venda de bens deve ser reconhecida quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

A entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens;

A entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade e tampou coefetivo controle sobre tais bens;

O valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade;

For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade; e

As despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser mensuradas com confiabilidade.

O valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade;

For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirãopara a entidade;



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

O estágio de execução (*stage of completion*) da transação ao término do período de reporte puder ser mensurado com confiabilidade; e

As despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la puderem ser mensuradas com confiabilidade.

### 1.1.2 - Custos e Despesas Variáveis

O sistema de custos e despesas variáveis fundamenta-se na atribuição de custos e despesas que oscilam em uma proporção direta ao volume de vendas, sendo elemento fundamental na determinação da contribuição marginal ou margem de contribuição.

São considerados custos e despesas variáveis aqueles cujo montante em unidades monetárias varia diretamente pelo nível de quantidade produzida e vendida de um determinado produto.

### 1.1.3 - Custos e Despesas Fixas

O sistema de cálculo das despesas fixas contempla valores que embora tenham um volume significativo, não se alteram diretamente com a variação da receita bruta.

De acordo com Dubois, Kulpa e Souza (2006), "Custos fixos são aqueles cujos valores são os mesmos, qualquer que seja o volume de produção da empresa, dentro de um intervalo relevante."

### 1.1.4 - Resultado Operacional

É o resultado antes das despesas e receitas financeiras e do imposto de renda. É conhecido pela sigla em inglês: EBIT – *Earnings Before Interestand Taxes*. Outra sigla conhecida é EBITDA, que é o lucro operacional antes das despesas financeiras, do Imposto de Renda e das despesas de depreciação e a amortização.

### 1.1.5 - Despesas e Receitas Financeiras

A Lei das Sociedades por ações, em seus art. 187, define a apresentação desta rubrica como "as despesas financeiras deduzidas das receitas".
Além das despesas financeiras com financiamentos e empréstimos, a empresa também incorre em outros gastos financeiros que não oriundos especificamente de financiamentos. São gastos necessários para atividades normais junto aos estabelecimentos bancários, decorrentes de outras operações financeiras ou serviços prestados pelos bancos, ou despesas financeiras marginais a outras operações e que normalmente são considerados como despesas financeiras pela contabilidade.

### 1.1.6 - Imposto de Renda e Contribuição Social

A legislação tributária, consolidada no Regulamento do Imposto Renda, Decreto número 3.000, de 26-03-99 (RIR/99), prevê que o imposto de renda a pagar pelas pessoas jurídicas com obrigatoriedade de manter escrituração contábil é calculado com base no lucro real, que é definido como segue:



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

"Lucro Real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou normatizadas por esse decreto (art. 247, RIR/99)."

A legislação fiscal atual admite o cálculo do imposto de renda a pagar com base nolucro real ou no lucro presumido (estimado).

No caso do lucro real, é necessário para seu cálculo conhecer o valor do lucro ou prejuízo líquido do período e os valores que devem ser acrescidos, excluídos ou compensados a esse lucro, de acordo com a legislação fiscal. Sobre a base de tributação do Lucro Real incidem o IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). A alíquota do IRPJ para a atividade industrial da empresa é de 15% e a CSLL é definida em 9%.

### 1.1.7 - Resultado Líquido

O lucro líquido, ou prejuízo, resulta da diminuição do lucro após o Imposto de Renda, de participações devidas a debenturistas (caso em que os debenturistas também participam no lucro), a empregados, a administradores e a detentores de partes beneficiárias (esses títulos, que representam direito que certas pessoas têm de receber participação no lucro, mesmo que não sejam acionistas, por terem no passado beneficiado significativamente a empresa, também são pouco comuns).

Essas participações têm limitações legais e as duas primeiras são dedutíveis para cálculo do Imposto de Renda dentro de certas condições. Esse resultado líquido é transferido para a conta de lucros ou prejuízos acumulados e a legislação determina que seja, na demonstração do resultado, calculado quanto do lucro obtido pertence a cada espécie e classe de ação.

### 1.1.8 - Necessidade de Capital de Giro

A necessidade de capital de giro se dá em função do ciclo financeiro da empresa. Quando o ciclo de caixa é longo, a necessidade de capital de giro é maior e assim, quanto mais curto menor será a sua necessidade.

O cálculo através do ciclo financeiro possibilita,com maior facilidade, prever a necessidade de capital de giro.

## 1 - Elaboração

Os trabalhos foram conduzidos sob a responsabilidade do contador Pedro de Lima Alves registro CRC/AM 010854/O-6, CPF: 660.405.072-68, com endereço situado a Rua Japurá, nº 25, Cachoeirinha, CEP: 69.065-150 Manaus/AM.

## 2 - Cenário Econômico

O presente capítulo tem por objetivo apresentar o contexto econômico e de negócios, em nível macro, para que os leitores tenham um melhor entendimento da situação e das perspectivas no momento em que foi elaborado o presente laudo e que de certa forma, influenciaram na composição das premissas deste documento.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

A pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou novo Coronavírus, vem produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias.

Nsse contexto de cenário de calamidade publica, procura por vacinas, lockdown e toques de recolher tornaram os insumos da industria de papel mais caros e escassos. A escassez de matéria-prima é de longe o maior impacto da pandemia em todos os setores industriais. Praticamente todos os segmentos foram afetados cito alguns: farmacêutico, alimentar, celulose, plástico, aço e metais em geral. Em relação à produção houve por parte da empresa dificuldade em atender os clientes, os principais problemas apontados, em relação aos **impactos da pandemia**, foram:

Redução de vendas;

Dificuldade em fabricar produtos;

Acesso a fornecedores e insumos;

Honrar pagamentos de rotina.

Adiamento nos pagamentos de tributos

## 3 - Panorama da Empresa

O presente tópico tem como finalidade apresentar o grupo economico, conforme segue.

**BENAION INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE S.A. – BIPACEL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ n° 63.739.973/0001-67, com sede na rua João Monte Fusco, n° 750 – Santa Etelvina, Manaus – AM, CEP 69.059-500 e **ACREPEL - ACRE INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE LTDA ,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ n° 05.826.089/0001-63, com sede em Rua Matamatá, n° 5 – Santa Etelvina, Manaus – AM, CEP 69.059-500

**BENAION INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE S.A** é uma empresa constituída em 03 de outubro de 1991 sob a forma de Sociedade Anônima Fechada situada em uma área de 22.200 m² (Vinte e Dois Mil e Duzentos Metros Quadrados) e 20.450 m² (Vinte Mil e Quatrocentos e Cinquenta Metros Quadrados) de área construída.

Tem por objeto a fabricação e comercialização de bobinas de papel, papel higiênico, guardanapos, papeis toalhas e outros para uso higiênico pessoal.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

Atua no mercado há 30 (trinta) anos no ramo de **FABRICAÇÃO DE PAPEL HIGIENICO**, destaca-se por sua atuação na área de reciclagem e preservação ambiental, pois retira da cidade de Manaus toneladas de papeis diariamente, que seriam descartados diretamente na natureza, reaproveitando e gerando mais de 3.000 (três) mil empregos indiretos, projetando-se mais de 11.700 (onze mil e setecentas) pessoas beneficiadas direta e indiretamente, entre catadores, familiares de catadores e colaboradores.

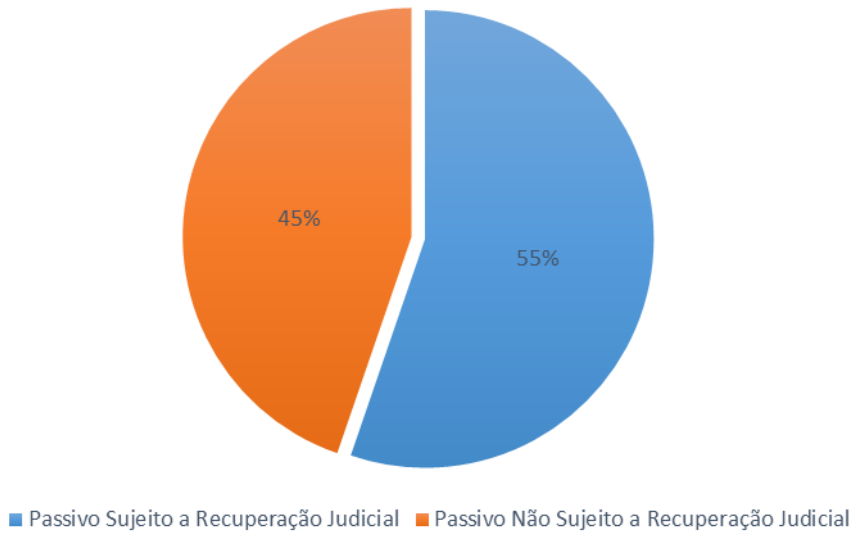
As "Aparas" como são chamadas, é a matéria-prima principal para fabricação de seus produtos, sem derrubar uma única árvore, a empresa evita que florestas sejam devastadas, pois a cada tonelada de papel que a empresa recicla 22 (vinte e duas) árvores deixam de ser cortadas, gerando economia de energia elétrica suficiente para manter uma lâmpada de 100 (cem) watts acessa por 3 (três) anos.

A preservação ecológica sempre foi uma realidade na empresa, repassada incansavelmente a cada um de seus colaboradores, realizando também um importante trabalho de limpeza e preservação das nascentes de igarapés na área do Bairro Santa Etelvina onde está instalada. Essas atitudes renderam a empresa diversos prêmios entre ele destaco o Prêmio conferido pela Câmara Municipal de Manaus "Ecologia e Ambientalismo.

## 4 - Composição do Passivo - Consolidado

Para efeito de amortização do Plano de Recuperação Judicial, o passivo da **BENAION INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE S.A** é desmembrado conforme ilustrado pelo gráfico a seguir:

**Passivo Sujeito a Recuperação Judicial**




| Passivo | Sem deságio | Com deságio |
|---|---|---|
| Passivo Sujeito a Recuperação Judicial | 34.853.776,17 | 21.635.397,73 |
| Passivo Não Sujeito a Recuperação Judicial | 28.209.069,20 | - |
| **Passivo Total** | **63.062.845,37** | **21.635.397,73** |



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

## 5 – Composição do Passivo - Detalhado

O Passivo Sujeito à recuperação judicial está com base na relação de credores anexada na petição inicial fica dividido nas seguintes classes, conforme art. 41 da Lei 11.101/05.

Classe I - Créditos Trabalhistas: Créditos oriundos das relações de trabalho.

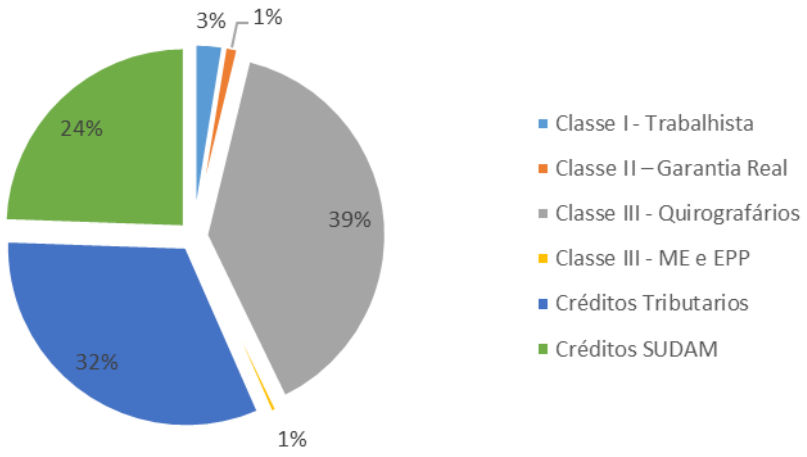
Classe II - Créditos com Garantia Real: Créditos decorrentes das operações com garantia real.

Classe III - Créditos Quirografários: Créditos decorrentes das operações sem garantia real.

Classe IV - Créditos ME e EPP: Créditos decorrentes das operações com ME e EPP.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição percentual das classes sujeitas à recuperação judicial.

**Passivo Sujeito a Recuperação Judicial e os Não Sujeitos a Recuperação Judicial Com Desagio**




| Classe | Valor |
|---|---|
| Classe I - Trabalhista | 1.284.824,88 |
| Classe II – Garantia Real | 608.986,54 |
| Classe III - Quirografários | 19.450.654,96 |
| Classe III - ME e EPP | 290.931,35 |
| *Créditos Tributarios | 16.026.644,40 |
| Créditos SUDAM | 12.182.424,80 |
| **Passivo Sujeito Total** | **49.844.466,93** |



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

*O passivo tributário da recuperanda compõem as dívidas de origem tributária federal, estadual e municipal. Entre os créditos devidos a União, Estado e Município a recuperanda não possue tributos parcelados. É de entendimento dos controladores da recuperanda que para a recuperação e reestruturação da organização os tributos devidos devem ser quitados. Consoante desta necessidade a empresa buscará junto aos órgãos competentes o alongamento e parcelamento dos tributos devidos, sem que haja comprometimento da geração de caixa e conduza a recuperanda a dificuldade no fluxo normal das operações. Nesse sentido, recuperanda pretende aderir ao próximo plano de recuperação fiscal que for disponibilizado pelas Autoridades Fiscais, seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal.

## 6 - Premissas Estabelecidas

### Período de Elaboração

O presente Laudo foi elaborado contemplando um horizonte temporal de 38 (trinta e oito) anos, sendo o ano 1, correspondente aos primeiros 12 meses contados a partir do mês de janeiro de 2022.

### Projeção de Faturamento

Com a retomada da economia e da procura por itens de higiene pessoal projetamos crescimento do consumo de produtos da empresa, tais como bobina de papel jumbo, que é matéria prima para conversão de papel higienico

A **BENAION INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE S.A** neste movimento de oportunidade de negócios realiza uma parceria comercial com a empresa **ECOPAPER DA AMAZONIA** que em contrato garante a compra de 80% de sua produção (bobina de papel jumbo). Diante dasinformações tabuladas identificou-se a possibilidade de retomada crescente das atividades tendo como expectativa uma previsão conservadora para o faturamento da mesma.

### Custos e Despesas Variáveis

Foram considerados como custos variáveis os seguintes itens: PIS, COFINS, ICMS, Deduções de Vendas e CPV (Custo dos Produtos Vendidos). Para a projeção dos tributos foi utilizada a estrutura tributária vigente.

O Custo da Mercadoria Vendida e demais despesas variáveis foram calculados através da atual estrutura operacional.

### Custos e Despesas Fixas

As despesas fixas foram projetadas a partir do último exercício, acrescidas, periodicamente, da inflação projetada, baseada nos pronunciamentos do COPOM (Comitê de Política Monetária do Banco Central), ponderada com as adequações e reduções da estrutura de custos fixos projetadas. Como despesas gerais e administrativas estão incluídas as seguintes rubricas:



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

Remuneração do Pessoal;

Serviços de Terceiros;

Material de Expediente;

Propaganda e Publicidade;

Aluguéis;

Despesas com Consumos (Água, Telefone, Internet, etc.) e

Outras despesas administrativas.

## 7 - Projeções Orçamentárias e seus anexos

Após a definição das premissas orçamentárias, acima elencadas, chega-se aos seguintes demonstrativos da operação: **i.** Demonstrativo de Resultado do Exercício Projetado



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

| Discriminação | Capacidade de Pagamento | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ano 2022 | Ano 2023 | Ano 2024 | Ano 2025 | Ano 2026 | Ano 2027 |
| **1. Receita Operacional** | **14.074.560,00** | **15.059.779,20** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** |
| 2. (-) Custo Variável | 9.251.470,68 | 9.947.485,79 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 |
| **3. (=) Margem de Contribuição** | **4.823.089,32** | **5.112.293,41** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** |
| 4. (-) Custo Fixo | 2.486.651,85 | 2.580.116,95 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 |
| **5. Lucro Operacional** | **2.336.437,46** | **2.532.176,47** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** |
| **6. Receita de Locação** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** |
| **7 (=) Lucro com Aluguel** | **2.516.437,46** | **2.712.176,47** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** |
| **8. (=) Lucro Disponível** | **2.516.437,46** | **2.712.176,47** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** |
| 9. (+) Depreciações | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 |
| **10. (=) Resultado Operacional =(8+9)** | **2.909.445,37** | **3.105.184,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** |
| 11. (+) Saldo Exercício Anterior (16) | - | 367.077,17 | 991.663,16 | 1.171.473,47 | 1.131.271,47 | 1.131.271,47 |
| **12. Disponibilidade Bruta Acumulada** | **2.909.445,37** | **3.472.261,54** | **4.430.199,53** | **4.610.009,84** | **4.569.807,84** | **4.569.807,84** |
| **13. (-) Despesas com Recuperação Judicial - RJ** | **1.284.824,88** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Credores Trabalhistas | 1.284.824,88 | - | - | - | - | - |
| Credores com Garantia Real - Classe II | - | - | - | - | - | - |
| Credores Quirográficos Classe III | - | - | - | - | - | - |
| Credores EPP e ME - Classe IV | - | - | - | - | - | - |
| **14.Crédito Tributário** | **1.068.442,96** | **1.602.664,44** | **1.602.664,44** | **1.602.664,44** | **1.602.664,44** | **1.602.664,44** |
| **15. SUDAM - Debêntures FINAN** | | | **60.912,12** | **121.824,25** | **121.824,25** | **121.824,25** |
| **16. Total das Amortizações (13+14+15)** | **2.353.267,84** | **1.602.664,44** | **1.663.576,56** | **1.724.488,69** | **1.724.488,69** | **1.724.488,69** |
| **17. (=) Resultado Líquido do Exercício** | **556.177,53** | **1.502.519,93** | **1.774.959,81** | **1.714.047,68** | **1.714.047,68** | **1.714.047,68** |
| **18. IRPJ COM REDUÇÃO DE 75% (25% * 17)** | **139.044,38** | **375.629,98** | **443.739,95** | **428.511,92** | **428.511,92** | **428.511,92** |
| **19. CSSL (9% * 17)** | **50.055,98** | **135.226,79** | **159.746,38** | **154.264,29** | **154.264,29** | **154.264,29** |
| **20. Saldo Líquido do Exercício após IRPJ e CSSL** | **367.077,17** | **991.663,16** | **1.171.473,47** | **1.131.271,47** | **1.131.271,47** | **1.131.271,47** |
| **21. Amortização / Disponibilidade Bruta Acumulada** | **80,88%** | **46,16%** | **37,55%** | **37,41%** | **37,74%** | **37,74%** |
| **22. Amortização / Lucro Operacional** | **80,88%** | **51,61%** | **48,38%** | **50,15%** | **50,15%** | **50,15%** |

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

| Discriminação | Capacidade de Pagamento | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ano 2028 | Ano 2029 | Ano 2030 | Ano 2031 | Ano 2032 | Ano 2033 |
| **1. Receita Operacional** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** |
| 2. (-) Custo Variável | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 |
| **3. (=) Margem de Contribuição** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** |
| 4. (-) Custo Fixo | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 |
| **5. Lucro Operacional** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** |
| **6. Receita de Locação** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** |
| **7 (=) Lucro com Aluguel** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** |
| **8. (=) Lucro Disponível** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** |
| 9. (+) Depreciações | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 |
| **10. (=) Resultado Operacional =(8+9)** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** |
| 11. (+) Saldo Exercício Anterior | 1.131.271,47 | 1.714.047,68 | 1.774.959,81 | 182.542,85 | 182.542,85 | 1.007.391,20 |
| **12. Disponibilidade Bruta** | **4.569.807,84** | **5.152.584,06** | **5.213.496,18** | **3.621.079,22** | **3.621.079,22** | **4.445.927,57** |
| **13. (-) Despesas com Recuperação Judicial - RJ** | **-** | **-** | **-** | **-** | **243.594,62** | **243.594,62** |
| Credores Trabalhistas | - | - | - | - | - | - |
| Credores com Garantia Real - Classe II | - | - | - | - | 243.594,62 | 243.594,62 |
| Credores Quirográficos Classe III | - | - | - | - | - | - |
| Credores EPP e ME - Classe IV | - | - | - | - | - | - |
| **14.Crédito Tributário** | 1.602.664,44 | 1.602.664,44 | 1.602.664,44 | 1.602.664,44 | 534.221,48 | - |
| **15. SUDAM - Debêntures FINAN** | 121.824,25 | 60.912,12 | 1.653.329,08 | 1.653.329,08 | 1.653.329,08 | 1.653.329,08 |
| **16. Total das Amortizações (13+14+15)** | **1.724.488,69** | **1.663.576,56** | **3.255.993,52** | **3.255.993,52** | **2.431.145,18** | **1.896.923,70** |
| **17. (=) Resultado Líquido do Exercício** | **1.714.047,68** | **1.774.959,81** | **182.542,85** | **182.542,85** | **1.007.391,20** | **1.541.612,68** |
| **18. IRPJ COM REDUÇÃO DE 75% (25% * 17)** | **428.511,92** | **443.739,95** | **45.635,71** | **45.635,71** | **251.847,80** | **385.403,17** |
| **19. CSSL (9% * 17)** | **154.264,29** | **159.746,38** | **16.428,86** | **16.428,86** | **90.665,21** | **138.745,14** |
| **20. Saldo Líquido do Exercício após IRPJ e CSSL** | **1.131.271,47** | **1.171.473,47** | **120.478,28** | **120.478,28** | **664.878,19** | **1.017.464,37** |
| **21. Amortização / Disponibilidade Bruta Acumulada** | **37,74%** | **32,29%** | **62,45%** | **89,92%** | **67,14%** | **42,67%** |
| **22. Amortização / Lucro Operacional** | **50,15%** | **48,38%** | **94,69%** | **94,69%** | **70,70%** | **55,17%** |

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

| Discriminação | Capacidade de Pagamento | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ano 2034 | Ano 2035 | Ano 2036 | Ano 2037 | Ano 2038 | Ano 2039 |
| **1. Receita Operacional** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** |
| 2. (-) Custo Variável | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 |
| **3. (=) Margem de Contribuição** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** |
| 4. (-) Custo Fixo | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 |
| **5. Lucro Operacional** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** |
| **6. Receita de Locação** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** |
| **7 (=) Lucro com Aluguel** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** |
| **8. (=) Lucro Disponível** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** |
| 9. (+) Depreciações | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 |
| **10. (=) Resultado Operacional =(8+9)** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** |
| 11. (+) Saldo Exercício Anterior | 1.541.612,68 | 1.663.409,98 | 1.007.181,09 | 1.007.181,09 | 2.660.510,17 | 2.660.510,17 |
| **12. Disponibilidade Bruta** | **4.980.149,05** | **5.101.946,36** | **4.445.717,46** | **4.445.717,46** | **6.099.046,54** | **6.099.046,54** |
| **13. (-) Despesas com Recuperação Judicial - RJ** | **121.797,31** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** |
| Credores Trabalhistas | | | | - | - | |
| Credores com Garantia Real - Classe II | 121.797,31 | - | - | - | - | - |
| Credores Quirográficos Classe III | - | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 |
| Credores EPP e ME - Classe IV | - | - | - | - | - | - |
| **14.Crédito Tributário** | - | - | - | - | - | - |
| **15. SUDAM - Debêntures FINAN** | 1.653.329,08 | 1.653.329,08 | 1.653.329,08 | | | |
| **16. Total das Amortizações (13+14+15)** | **1.775.126,39** | **2.431.355,28** | **2.431.355,28** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** |
| **17. (=) Resultado Líquido do Exercício** | **1.663.409,98** | **1.007.181,09** | **1.007.181,09** | **2.660.510,17** | **2.660.510,17** | **2.660.510,17** |
| **18. IRPJ COM REDUÇÃO DE 75% (25% * 17)** | **415.852,50** | **251.795,27** | **251.795,27** | **665.127,54** | **665.127,54** | **665.127,54** |
| **19. CSSL (9% * 17)** | **149.706,90** | **90.646,30** | **90.646,30** | **239.445,92** | **239.445,92** | **239.445,92** |
| **20. Saldo Líquido do Exercício após IRPJ e CSSL** | **1.097.850,59** | **664.739,52** | **664.739,52** | **1.755.936,71** | **1.755.936,71** | **1.755.936,71** |
| **21. Amortização / Disponibilidade Bruta Acumulada** | **35,64%** | **47,66%** | **54,69%** | **17,50%** | **12,76%** | **12,76%** |
| **22. Amortização / Lucro Operacional** | **51,62%** | **70,71%** | **70,71%** | **22,63%** | **22,63%** | **22,63%** |

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

| Discriminação | Capacidade de Pagamento | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ano 2040 | Ano 2041 | Ano 2042 | Ano 2043 | Ano 2044 | Ano 2045 |
| **1. Receita Operacional** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** |
| 2. (-) Custo Variável | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 |
| **3. (=) Margem de Contribuição** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** |
| 4. (-) Custo Fixo | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 |
| **5. Lucro Operacional** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** |
| **6. Receita de Locação** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** |
| **7 (=) Lucro com Aluguel** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** |
| **8. (=) Lucro Disponível** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** |
| 9. (+) Depreciações | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 |
| **10. (=) Resultado Operacional =(8+9)** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** |
| 11. (+) Saldo Exercício Anterior | 2.660.510,17 | 2.660.510,17 | 2.660.510,17 | 2.660.510,17 | 2.660.510,17 | 2.660.510,17 |
| **12. Disponibilidade Bruta** | **6.099.046,54** | **6.099.046,54** | **6.099.046,54** | **6.099.046,54** | **6.099.046,54** | **6.099.046,54** |
| **13. (-) Despesas com Recuperação Judicial - RJ** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** |
| Credores Trabalhistas | | | | - | - | - |
| Credores com Garantia Real - Classe II | - | - | - | - | - | - |
| Credores Quirográficos Classe III | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 |
| Credores EPP e ME - Classe IV | - | - | - | - | - | - |
| **14.Crédito Tributário** | - | - | - | - | - | - |
| **15. SUDAM - Debêntures FINAN** | - | - | | | | |
| **16. Total das Amortizações (13+14+15)** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** |
| **17. (=) Resultado Líquido do Exercício** | **2.660.510,17** | **2.660.510,17** | **2.660.510,17** | **2.660.510,17** | **2.660.510,17** | **2.660.510,17** |
| **18. IRPJ COM REDUÇÃO DE 75% (25% * 17)** | **665.127,54** | **665.127,54** | **665.127,54** | **665.127,54** | **665.127,54** | **665.127,54** |
| **19. CSSL (9% * 17)** | **239.445,92** | **239.445,92** | **239.445,92** | **239.445,92** | **239.445,92** | **239.445,92** |
| **20. Saldo Líquido do Exercício após IRPJ e CSSL** | **1.755.936,71** | **1.755.936,71** | **1.755.936,71** | **1.755.936,71** | **1.755.936,71** | **1.755.936,71** |
| **21. Amortização / Disponibilidade Bruta Acumulada** | **12,76%** | **12,76%** | **12,76%** | **12,76%** | **12,76%** | **12,76%** |
| **22. Amortização / Lucro Operacional** | **22,63%** | **22,63%** | **22,63%** | **22,63%** | **22,63%** | **22,63%** |

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

| Discriminação | Capacidade de Pagamento | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ano 2046 | Ano 2047 | Ano 2048 | Ano 2049 | Ano 2050 | Ano 2051 |
| **1. Receita Operacional** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** |
| 2. (-) Custo Variável | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 |
| **3. (=) Margem de Contribuição** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** |
| 4. (-) Custo Fixo | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 |
| **5. Lucro Operacional** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** |
| **6. Receita de Locação** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** |
| **7 (=) Lucro com Aluguel** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** |
| **8. (=) Lucro Disponível** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** |
| 9. (+) Depreciações | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 |
| **10. (=) Resultado Operacional =(8+9)** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** |
| 11. (+) Saldo Exercício Anterior | 2.660.510,17 | 2.660.510,17 | 2.660.510,17 | 2.660.510,17 | 2.660.510,17 | 2.660.510,17 |
| **12. Disponibilidade Bruta** | **6.099.046,54** | **6.099.046,54** | **6.099.046,54** | **6.099.046,54** | **6.099.046,54** | **6.099.046,54** |
| **13. Despesas com Recuperação Judicial - RJ** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** |
| Credores Trabalhistas | | | | - | - | |
| Credores com Garantia Real - Classe II | - | - | - | - | - | - |
| Credores Quirográficos Classe III | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 |
| Credores EPP e ME - Classe IV | - | - | - | - | - | - |
| **14.Crédito Tributário** | - | - | - | - | - | - |
| **15. SUDAM - Debêntures FINAN** | - | - | | | | |
| **16. Total das Amortizações (13+14+15)** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** |
| **17. (=) Resultado Líquido do Exercício** | **2.660.510,17** | **2.660.510,17** | **2.660.510,17** | **2.660.510,17** | **2.660.510,17** | **2.660.510,17** |
| **18. IRPJ COM REDUÇÃO DE 75% (25% * 17)** | **665.127,54** | **665.127,54** | **665.127,54** | **665.127,54** | **665.127,54** | **665.127,54** |
| **19. CSSL (9% * 17)** | **239.445,92** | **239.445,92** | **239.445,92** | **239.445,92** | **239.445,92** | **239.445,92** |
| **20. Saldo Líquido do Exercício após IRPJ e CSSL** | **1.755.936,71** | **1.755.936,71** | **1.755.936,71** | **1.755.936,71** | **1.755.936,71** | **1.755.936,71** |
| **21. Amortização / Disponibilidade Bruta Acumulada** | **12,76%** | **12,76%** | **12,76%** | **12,76%** | **12,76%** | **12,76%** |
| **22. Amortização / Lucro Operacional** | **22,63%** | **22,63%** | **22,63%** | **22,63%** | **22,63%** | **22,63%** |

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

| Discriminação | Capacidade de Pagamento | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ano 2046 | Ano 2047 | Ano 2048 | Ano 2049 | Ano 2050 | Ano 2051 | Ano 2052 | Ano 2053 |
| **1. Receita Operacional** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** | **16.113.963,74** |
| 2. (-) Custo Variável | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 | 10.653.873,23 |
| **3. (=) Margem de Contribuição** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** | **5.460.090,52** |
| 4. (-) Custo Fixo | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 | 2.594.562,05 |
| **5. Lucro Operacional** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** | **2.865.528,46** |
| **6. Receita de Locação** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** | **180.000,00** |
| **7 (=) Lucro com Aluguel** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** |
| **8. (=) Lucro Disponível** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** | **3.045.528,46** |
| 9. (+) Depreciações | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 | 393.007,91 |
| **10. (=) Resultado Operacional =(8+9)** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** | **3.438.536,37** |
| 11. (+) Saldo Exercício Anterior | 2.660.510,17 | 2.660.510,17 | 2.660.510,17 | 2.660.510,17 | 2.602.323,90 | 2.602.323,90 | 2.602.323,90 | 2.602.323,90 |
| **12. Disponibilidade Bruta** | **6.099.046,54** | **6.099.046,54** | **6.099.046,54** | **6.099.046,54** | **6.040.860,27** | **6.040.860,27** | **6.040.860,27** | **6.040.860,27** |
| **13. Despesas com Recuperação Judicial - RJ** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** | **836.212,47** | **836.212,47** | **836.212,47** | **836.212,47** | **836.212,47** |
| Credores Trabalhistas | | | | - | - | | | |
| Credores com Garantia Real - Classe II | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Credores Quirográficos Classe III | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 | 778.026,20 |
| Credores EPP e ME - Classe IV | - | - | - | 58.186,27 | 58.186,27 | 58.186,27 | 58.186,27 | 58.186,27 |
| **14.Crédito Tributário** | | | | | | - | | |
| **15. SUDAM - Debêntures FINAN** | | | | | | | | |
| **16. Total das Amortizações (13+14+15)** | **778.026,20** | **778.026,20** | **778.026,20** | **836.212,47** | **836.212,47** | **836.212,47** | **836.212,47** | **836.212,47** |
| **17. (=) Resultado Líquido do Exercício** | **2.660.510,17** | **2.660.510,17** | **2.660.510,17** | **2.602.323,90** | **2.602.323,90** | **2.602.323,90** | **2.602.323,90** | **2.602.323,90** |
| **18. IRPJ COM REDUÇÃO DE 75% (25% * 17)** | **665.127,54** | **665.127,54** | **665.127,54** | **650.580,98** | **650.580,98** | **650.580,98** | **650.580,98** | **650.580,98** |
| **19. CSSL (9% * 17)** | **239.445,92** | **239.445,92** | **239.445,92** | **234.209,15** | **234.209,15** | **234.209,15** | **234.209,15** | **234.209,15** |
| **20. Saldo Líquido do Exercício após IRPJ e CSSL** | **1.755.936,71** | **1.755.936,71** | **1.755.936,71** | **1.717.533,78** | **1.717.533,78** | **1.717.533,78** | **1.717.533,78** | **1.717.533,78** |
| **21. Amortização / Disponibilidade Bruta Acumulada** | **12,76%** | **12,76%** | **12,76%** | **13,71%** | **13,84%** | **13,84%** | **13,84%** | **13,84%** |
| **22. Amortização / Lucro Operacional** | **22,63%** | **22,63%** | **22,63%** | **24,32%** | **24,32%** | **24,32%** | **24,32%** | **24,32%** |

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

Atendimento aos Credores revela a conformidade determinada nos Artigos 83 e 84 da Lei 11.101/05. Observa-se claramente que a falência não é a melhor opção aos credores, visto que a empresa consegue gerar recursos para honrar seus compromissos. Portanto indiscutivelmente a melhor alternativa aos credores é o recebimento de seus créditoscom a empresa em marcha, ou seja, o recebimento de seus créditos através da geração de caixa proporcionada pela plena atividade operacional da empresa.

## 8 - Da Viabilidade Econômica

Com base nas informações acima descritas e no Plano de Recuperação Judicial conclui-se:

Ressalva-se que, não conduzimos verificação independente de quaisquer ativos ou passivos da empresa objeto deste laudo, consideramos como completas, exatas e verdadeiras as informações obtidas de sua administração;

As estimativas e projeções realizadas neste laudo envolvem elementos de julgamento e análises subjetivos, que podem ou não se concretizarem;

As premissas utilizadas para as projeções de resultados bem como as expectativas de amortização propostas são compatíveis com padrões adotados no mercado e apresentam razoabilidade;

A possibilidade de continuação das atividades operacionais da empresa proporcionará geração de recursos compatível com as previsões de amortizações propostas, possibilitando assim reestruturação do passivo da empresa, atendendo o dispositivo no art. 47 da Lei nº 11.101/2005, ou seja, viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira;

O índice oferecido para atualização monetária do endividamento sujeito à recuperação é compatível entre a manutenção dos valores dos créditos no tempo e a capacidade de pagamento das obrigações das sociedades perante a Recuperação Judicial;

Devido aos montantes de caixa líquido estimados podemos afirmar a real necessidade de reescalonamento do passivo como um todo.

Respeitados os limites de geração de caixa estimados, é perceptível a necessidade do período de carência para início das amortizações dos créditos propostos. Este período servirá fundamentalmente para recomposição do capital de giro próprio e consequente redução do custo financeiro da operação.

> *"A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica."*



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.

Desta forma, após a tabulação e análise das informações para elaboração deste laudo, bem como dos meios de recuperação utilizados e, observando o atendimento de todas as expectativas estabelecidas, verifica-se ser viável o Plano de Recuperação Judicial apresentado.

Manaus, 20 de outubro de 2021.

PEDRO DE LIMA ALVES
CPF: 660.405.072-68
CRC/AM 010854/O-6

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL COUTINHO DA SILVA e AMAZONAS TRIBUNAL DE JUSTICA, protocolado em 23/10/2021 às 16:56 , sob o número PWEB21609378180
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0675959-05.2021.8.04.0001 e código 8264271.